



RELATÓRIO DA DIRETORIA

O ano de 2013, último do mandato iniciado em dezembro de 2010, no segmento das finanças do clube, apresentou poucas novidades, mas todas acrescentaram dificuldades ao processo gerencial.

Ao pé do relatório do ano passado, ainda confiado que a Procuradoria da Fazenda Nacional daria ao Fluminense tratamento isonômico, afirmamos: "No mais, aproveitamos a oportunidade para dizer que o ano de 2014 será ainda um período de muita dificuldade financeira a exigir vigilância absoluta sobre as contas e projetos do Fluminense, mas poderá ser o momento de solução definitiva da dívida ainda não administrável, aquela que coloca em risco o planejamento de médio e longo prazos".

Entretanto, a PGFN não cumpriu o seu papel. Mesmo assim, não se perdeu a meta de diminuir o déficit no caminho de inverter-lhe o sinal. Em 2012, R\$ 3.716.000,00; em 2013, R\$ 3.308.000,00, redução de 10,98%. Poderia ter sido mais, não ocorressem as situações adiante comentadas.

Sendo poucas as novidades e considerado o desenho novo do Conselho Deliberativo por causa da eleição, está posto no final da presente exposição, aquela que serviu de apresentação para o relatório de 2012.

No ano todo de 2013, a Procuradoria da Fazenda Nacional permaneceu como continua, com argumentos futeis a adiar sem negar em definitivo, a decisão de conceder ao Fluminense tratamento isonômico ao oferecido a outros clubes por privilégios.

Sem o parcelamento pretendido e com justo motivo esperado, as receitas dos direitos de transmissão televisiva permaneceram, como permaneceram, penhoradas diretamente na fonte, para fazer frente às dívidas contraídas no período de 2007 a

2010, situação que por si só estragou o fluxo de caixa à quase impossibilidade de administrá-lo com eficiência.

Não fosse suficiente a penhora, ao saber da venda dos direitos econômicos do Wellington Nete (devido ao vazamento da informação), a Procuradoria da Fazenda Nacional, numa atitude inusitada, com a intenção de reter todo o valor da venda, excluiu o Fluminense da TIMEMANIA (05.06.2013).

Decisão, de fato, fora dos padrões costumeiros e da rotina da Receita Federal, aplicada, de início, exclusivamente, ao Fluminense por causa de quatro parcelas em atraso. E, é possível confirmar por comparação que, por motivos mais graves, outros clubes deveriam ter sido excluídos antes do Fluminense. Porém, a Procuradoria da Fazenda Nacional providenciou o parcelamento da dívida para os clubes em questão.

A incompreensível decisão de exclusão foi revogada no momento em que o Congresso Nacional fez o que não havia feito antes e foi chamado a fazer exatamente em razão da exclusão arbitrária do Fluminense: regulamentar o procedimento. Depois disso, com o pagamento das parcelas atrasadas, o Fluminense foi reincluído no programa no dia 31 de outubro de 2013, decisão homologada no dia 07 de novembro.

Entretanto, a informação ainda não aparece no site da Receita Federal por problemas operacionais, conforme informação dos Procuradores.

Os quatro meses de exclusão somou mais problemas à gestão financeira. O mais grave deles todos, o atraso de quase três meses nos salários e remunerações, pela primeira vez em dois anos e meio.

A qualidade do desempenho do Fluminense no Campeonato Brasileiro de Futebol de

igual modo influenciou a gestão financeira, principalmente, quando se compara 2013 com 2012, ano em que o time sagrou-se Campeão Brasileiro.

Para não encerrar o Campeonato de 2013 sem pagar aos jogadores e equipe técnica o prêmio pelo Campeonato de 2012, o Fluminense precisou cumprir ainda mais o seu sistema de contas, porque o valor do prêmio, no final de 2012, foi objeto de penhora judicial determinada a pedido da Procuradoria da Fazenda Nacional.

O modo como a Procuradoria da Fazenda Nacional se relaciona com o Fluminense chamou a atenção do Ministério Público, que iniciou procedimentos de investigação e apuração de responsabilidades. Os advogados contratados pelo Fluminense para atuar na área criminal acompanham o caso.

Há, como se vê, dificuldades ainda no percurso do ano de 2014, que se inicia, mas elas não são nem têm sido motivo para desestímulo e para evitar os investimentos nos projetos estratégicos e prioritários do Fluminense.

Por isso, não paramos o processo de formação de novos atletas, nem suspendemos a consolidação do programa Sócio Futebol, muito menos deixamos de perseguir a qualidade no atendimento aos sócios que frequentam o Clube Social, nem esmorecemos no trabalho de corresponder à confiança dos torcedores.

De igual modo, estamos focados no projeto de reestruturação do Fluminense, para dar fôlego e oportunidade de crescimento à prática de esportes olímpicos de melhoria das escolinhas.

Os desafios são parte da nossa história e incitam o trabalho que todos nós, administradores e conselheiros estamos a empreender em favor do Fluminense.

Table with columns: Ativo, dezembro de 2013, dezembro de 2012, janeiro de 2012. Rows include Circulante, Não Circulante, and Total do Ativo.

Table with columns: Passivo e Patrimônio Líquido, dezembro de 2013, dezembro de 2012, janeiro de 2012. Rows include Circulante, Não Circulante, and Total do Passivo e Patrimônio Líquido.

Table with columns: Demonstração do Resultado Exercício Fim de 31 de Dezembro, 2013, 2012. Rows include Receita Líquida, Custos do Departamento de Esportes, Resultado Operacional Bruto, and Déficit do Exercício.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO (em milhares de reais).

1 INFORMAÇÕES GERAIS
Fluminense Football Club, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, tem por objetivo a prática social, cultural, cívico, recreativo e desportivo, cuja manutenção ocorre exclusivamente por conta das contribuições sociais (mensalidades), patrocínios, cotas de televisão e renda de jogos.

2 Resumo das principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO
As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando aplicável para mensuração de ativos ao valor justo.

2.2 CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA
As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores aproximados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado. Basicamente, esses saldos são originados em transações realizadas por aquisições e/ou vendas de atletas para o exterior.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários.

2.4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS
2.4.1 CLASSIFICAÇÃO
O clube classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

2.4.2 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO
As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescido dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o clube tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

2.5 CONTAS A RECEBER
As contas a receber correspondem aos direitos a receber oriundos de negociações de atletas, patrocínios, mensalidades de associados, contratos de locação e contratos de televisão.

2.6 ALMOXARIFADO
Representa materiais de consumo registrados pelo valor de custo de aquisição.

2.7 DESPESAS ANTECIPADAS
São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos apropriados ao resultado de acordo com o regime de competência.

2.8 DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES
Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, cambiais e os correspondentes rendimentos auferidos, sendo classificados como ativos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a receber são apresentadas como ativo não circulante.

2.9 IMOBILIZADO
O immobilizado é mensurado pelo seu custo histórico que inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os terrenos não são depreciados.

2.10 INTANGÍVEL
Nessa rubrica foram registrados os custos diretamente relacionados com a contratação e renovação de atletas profissionais, custo de atletas em formação e conforme determinado pela resolução nº 1.429/2013 os valores relativos a direito de imagem. A amortização dos valores dos contratos de atletas profissionais é realizada de acordo com o prazo de cada contrato, sobre o custo de formação dos atletas é considerada no encerramento do exercício a possibilidade de recuperação econômico-financeira (impairment) do valor líquido contábil de cada atleta em formação. Constatada que tal recuperação, total ou parcial, não se realizará, é constituída provisão para perda ou baixado do ativo.

2.11 PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS
A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças circunstanciais econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os atletas em formação tem seu custo avaliado anualmente para fins de impairment.

2.12 DÍVIDAS FISCAIS E SOCIAIS - TIMEMANIA
Apresentam os valores corrigidos monetariamente, conhecidos pela Administração, referentes a débitos fiscais e sociais.

2.13 EMPRÉSTIMOS
Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Clube tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 DEMAIS PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE
São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias, até a data do balanço, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.15 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E OUTRAS PROVISÕES
As provisões são reconhecidas quando o clube tem uma obrigação presente ou não formalizada resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tenha sido estimado com segurança.

2.16 Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contra prestação a receber pela negociação de atletas, licenciamento de produtos, patrocínios entre outros. O clube reconhece a receita

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)

Table with columns: Fundo Patrimonial, Ajuste de Avaliação Patrimonial, Débitos Acumulados, Total. Rows include Em 31 de dezembro de 2011, Em 31 de dezembro de 2012, and Em 31 de dezembro de 2013.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

Table with columns: 2013, 2012. Rows include Atividade Operacional, Aumento(Diminuição) no Ativo Circulante e Não Circulante, Aumento(Diminuição) no Passivo Circulante e Não Circulante, Atividades de Investimento, and Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos fluirão para a entidade.

**2.17 RECEITA ANTECIPADA**

As receitas recebidas antecipadamente, são registradas no passivo circulante e no passivo não circulante de acordo com o prazo de realização da receita.

**3 ESTIMATIVAS CRÍTICAS**

**3.1 PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na sua realização. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável.

**3.2 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

As provisões para passivos contingentes são referentes a procedimentos judiciais, de acordo com a probabilidade de perda ou ganho, sendo registradas contabilmente provisões somente para os procedimentos em que a administração julgue como provável um resultado desfavorável ao clube e com relação ao qual a perda seja estimada em bases razoáveis. Para os procedimentos judiciais em que o julgamento de um resultado desfavorável ao clube seja possível, é efetuada divulgação nas notas explicativas. Essas determinações são feitas pela administração com base no parecer dos assessores jurídicos do clube, de forma que os passivos judiciais e contingências estejam adequadamente reconhecidos nas demonstrações contábeis.

**3.3 VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO CIRCULANTES**

Os ativos imobilizados são depreciados com base no método linear, considerando taxas que se aproximam à vida útil econômica dos bens, anualmente reavaliadas. No exercício de 2010, o clube reavaliou a vida útil dos ativos não circulantes em linha com o CPC 27 - "Ativo Imobilizado" e de acordo com os parágrafos de 20 a 29 do ICP 10 - "Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado". Essa revisão resultou na alteração da vida útil dos ativos analisados, conforme apresentado na Nota 2.8, com diminuição da depreciação, sobre os bens integrantes do ativo imobilizado.

**4 RECLASSIFICAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

Conforme Nota 6, foi requerida pela resolução CFC 1.429/13 no item 4 (b) que os valores relativos aos direitos de imagem devam ser classificados no ativo intangível. Adicionalmente, o pronunciamento CPC 23, como consequência da mudança da prática contábil, requer o ajuste retrospectivo da demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para fins de comparabilidade.

**5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Caixa e bancos	2013	2012
	28.653	4.625

**6 CONTAS A RECEBER - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE**

Patrocínios	2013	2012
	4.321	319
Licenciamentos de produtos	915	177
Aluguéis	106	64
Contrato de TV	50.051	45.059
Repasse de Direitos Econômicos/Federativos	20.512	30.200
Outros	340	383
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		160
(Receita a Realizar Ctr TV)	(46.482)	(42.713)
<b>Circulante</b>	<b>29.763</b>	<b>33.649</b>
Cota de TV Temporada 2014 a 2018	197.934	241.427
(-) Receita a Realizar Ctr TV	(197.684)	(241.427)
<b>Não circulante</b>	<b>250</b>	<b></b>

**7 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

	Depreciação amortização		Líquido	
	Custo	2013	2012	2012
<b>Sede</b>	<b>327.273</b>	<b>(8.216)</b>	<b>319.057</b>	<b>320.460</b>
Edificações e Benfeitorias	172.945	(7.942)	165.003	166.342
Móveis e Utensílios	456	(84)	372	423
Equipamento Processamento	122	(46)	76	94
Equipamentos Diversos	1.043	(144)	899	894
Pinacoteca	707		707	707
Terenos	152.000		152.000	152.000
<b>Xerém</b>	<b>5.388</b>	<b>(629)</b>	<b>4.759</b>	<b>4.926</b>
Benfeitorias e Instalações	2.297	(295)	2.002	2.065
Móveis e utensílios	154	(26)	128	148
Equipamento de Processamento	26	(11)	15	23
Equipamentos Diversos	205	(33)	172	182
Edificações e Benfeitorias	2.706	(264)	2.442	2.508
Total do imobilizado	<b>332.661</b>	<b>(8.845)</b>	<b>323.816</b>	<b>325.386</b>
<b>Intangível</b>				
Atletas profissionais	33.142	(15.108)	18.034	43.261
Atletas em formação				
Infantil	1.334		1.334	810
Júnior	485		485	14
Juvenil	2.545		2.545	2.131
	37.506	(15.108)	22.398	46.216
<b>Direito uso de software</b>	<b>263</b>	<b>(142)</b>	<b>121</b>	<b>107</b>
Total do intangível	<b>37.769</b>	<b>(15.250)</b>	<b>22.519</b>	<b>46.323</b>

Dos Atletas em formação registrados no ativo intangível, o montante baixado para o resultado do exercício de 2013 foi de R\$ 1.939 mil (R\$ 2.908 mil em 2012).

Os contratos de direito de imagem de atletas autorizam o clube a fazer uso dos direitos sobre o nome, apelido desportivo, voz e imagem do atleta profissional de futebol em campanhas publicitárias e eventos de interesse do clube. O registro ocorre no momento da celebração do compromisso, sendo a parcela ativa amortizada de acordo com o prazo da vigência do compromisso e a parcela passiva de acordo com o cronograma financeiro estabelecido entre as partes.

**8 EMPRÉSTIMOS**

	Taxa média de juros e vencimento	2013		2012	
		Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Instituição					
Federação do Estado do Rio de Janeiro	CDI -Maio/14-15	1.300	2.600	1.300	3.900
BCV ctr 106	1,6% a.m. - Dez/15	4.858	4.062		
BCV ctr 146	1,7% a.m. - Dez/14	2.517			
(1) UNIMED - Rio	CDI		1.565		
Confederação Brasileira de Futebol	1,5% a.m.	9.302	3.643	4.283	5.062
Banco BMG	1,7% a.m.			21.956	
Leca Comercial	2,0% a.m. - Dez/14	1.552			
Outras Entidades	1,8% a.m. - Jan/14	2.000		2.680	
<b>Total</b>		<b>21.529</b>	<b>10.305</b>	<b>31.784</b>	<b>8.962</b>

**GARANTIAS DE EMPRÉSTIMOS**

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos estão garantidos por cotas do campeonato estadual, campeonato brasileiro e mensalidades.

**9 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS**

	2013	2012
Salários	1.813	3.444
INSS	5.123	1.329
FGTS	3.243	813
PIS sobre folha	329	511
Rescisões	2.779	1.873
Férias	3.343	3.020
Débitos PGFN(INSS) (i)	20.784	14.034
<b>Total</b>	<b>37.414</b>	<b>25.024</b>

**10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

	2013	2012
IRRF	5.595	5.553
ISS	1.169	800
COFINS	182	249
INSS	1.014	645
Retenções - CSSL/COFINS/PIPS	293	798
IPTU	1.204	1.137
Sindicato	227	195
Débitos PGFN(IRRF/PIS/COFINS) (i)	15.873	18.551
<b>Total</b>	<b>25.558</b>	<b>27.928</b>

(i) Débitos PGFN.

O clube foi citado pela Fazenda Nacional (União Federal), pleiteando a penhora de crédito decorrente de dívidas fiscais referente a cobrança de impostos não inseridos no programa de parcelamento denominado "Timemania".

**11 CONTAS A PAGAR**

	2013	2012
Aquisição de Direitos Federativos	22.444	15.752
Participação em Direitos Econômicos	11.633	5.164
Agenciamentos	2.437	3.208
Outros	882	915
<b>Total</b>	<b>37.396</b>	<b>25.039</b>

**12 CREDORES DIVERSOS**

Conta corrente	2013	2012
Federação de Futebol do Estado Rio de Janeiro	112	28
Clube dos Treze	2.103	2.103
Outros		272
<b>Total</b>	<b>2.215</b>	<b>2.403</b>

**13 PARCELAMENTOS**

	2013		2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
FGTS (i)	2.413	24.397	2.095	25.673
Cedae	260	935	288	731
IPTU	16		90	17
Multas CLT			889	3.277
<b>Total</b>	<b>2.689</b>	<b>25.332</b>	<b>3.362</b>	<b>29.698</b>

(i) Clube firmou em 22/11/2011 Termo de Confissão de Dívida e compromisso de pagamento para com o FGTS a ser amortizado em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas.

**14 TIMEMANIA (PARCELAMENTO)**

Representa dívidas em decorrência da adesão à Lei 11.345/06 (Timemania), que estabelece os critérios de participação e adesão das entidades de prática desportiva da modalidade de futebol profissional e dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários e não-tributários.

Em 5 de junho de 2013 ocorreu a rescisão do parcelamento sendo o clube excluído da Timemania. A reinclusão do clube nessa loteria ocorreu em 31 de outubro de 2013. Tal inclusão foi homologada em 7 de novembro de 2013. Até a presente data, o site do governo não informa o Fluminense como incluso no programa.

	2013	2012
INSS	41.899	43.759
Dívida consolidada PGFN(IRRF/PIS/COFINS/Multas)	84.197	82.911
Dívida Consolidada RFB (IRRF/PIS/COFINS/Multas)	11.087	10.943
Total Timemania	<b>137.183</b>	<b>137.613</b>

**15 RECEITAS ANTECIPADAS**

	2013		2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Globosat (2013 a 2015)	2.422	2.962	2.423	5.385
Trafic Assessoria	4.700	1.000		4.972
Ambev	120	30	190	150
Outros	429	128	354	28
<b>Total</b>	<b>7.671</b>	<b>4.121</b>	<b>2.967</b>	<b>10.535</b>

**16 RECEITAS A APROPRIAR**

	2013		2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Globo(Luvas 2013 a 2018)	4.932	31.163	4.702	35.865
Outras	412	375		
<b>Total</b>	<b>5.344</b>	<b>31.538</b>	<b>7.702</b>	<b>35.865</b>

**17 PROCESSOS TRABALHISTAS**

	2013		2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Processos Fora do Ato Trabalhista	798		271	
Processos no Ato Trabalhista	14.184	73.638	11.771	86.034
<b>Total</b>	<b>14.982</b>	<b>73.638</b>	<b>12.042</b>	<b>86.034</b>

Em 29 de novembro 2011 o Fluminense assinou o Ato trabalhista conforme publicação no Diário Oficial. O referido ato é o acordo de parcelamento a longo prazo de todos os processos trabalhistas do clube, exceto os de valores inferiores a R\$ 13.196,42 (treze mil cento e noventa e seis reais e quarenta e dois centavos) e os ajuizados após sua publicação. O Clube deverá depositar mensalmente 15% de sua receita mensal, com a garantia mínima de R\$ 1.000 mil até Novembro 2014 e R\$ 1.200 mil a partir de Dezembro/14.

**18 ACORDOS E PROCESSOS CÍVEIS**

	2013		2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Acordos e Processos Cíveis	1.397	3.467	1.559	3.467
<b>Total</b>	<b>1.397</b>	<b>3.467</b>	<b>1.559</b>	<b>3.467</b>

**19 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

O Clube é réu em ações judiciais e processos administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em relatórios de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, achou por bem provisionar valores considerados como execuções em curso, perdas prováveis, com a seguinte composição:

	2013	2012
(a) Trabalhista	11.885	8.776
(b) Cíveis	4.189	4.189
(c) Fiscais	19.575	19.575
<b>Total</b>	<b>35.649</b>	<b>32.540</b>

O clube é réu em processos cujo objeto é o pagamento da cláusula penal prevista em contrato, conforme determinado pelo artigo 28 da Lei 9.615/98 (Lei Pelé).

Os consultores jurídicos baseados em decisões favoráveis proferidas pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho nos processos 00552-2002-029-01-00-4 (movido contra o Fluminense) em que se decidiu que tal cláusula penal é somente devida pelo atleta ao clube e nunca deste ao atleta acreditam que existem possibilidades de ganho nessas ações movidas contra o clube dessa forma a administração não considerou a constituição de provisão para contingências nesses casos. Os montantes envolvidos são de aproximadamente R\$ 93.467 mil (2012) R\$ 57.523 (2013).

**20 RECEITA LÍQUIDA**

	2013	2012
Receitas com Bilheteria	21	8.071
Receitas com Repasse de Direitos Federativos	22	14.357
Receitas de Transmissões Televisivas		57.469
Receitas com Publicidade e Patrocínio		20.860
Receitas com Licenciamentos e Franquias		1.965
Receitas com Premiações e Loterias	23	1.711
Receitas com Esportes Amadores e Franquias		1.966
Receitas com Associados		13.134
Receitas com Aluguéis		1.385
Outras Receitas		3.854
<b>Total das Receitas Operacionais</b>	<b>124.760</b>	<b>151.177</b>
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(8.174)</b>	<b>(7.148)</b>
Impostos e Contribuições		(8.174)
<b>Receita Líquida</b>	<b>116.586</b>	<b>144.029</b>

**21 RECEITAS COM BILHETERIA**

	2013	2012
Campeonato Brasileiro	5.062	2.547
Campeonato Estadual	867	681
Copa Libertadores da América	2.142	2.593
<b>Total</b>	<b>8.071</b>	<b>5.821</b>

**22 RECEITAS COM REPASSE DE DIREITOS FEDERATIVOS E ECONÔMICOS**

	2013	2012
<b>Negociação Atletas</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Cessão Definitiva	12.482	14.190
Cessão Direito Econômico	1.300	36.385
Mecanismo Solidariiedade	493	423
Cessão Temporária	82	184
<b>Total</b>	<b>14.357</b>	<b>51.182</b>

O clube negociou a transferência dos Direitos Federativos do Atleta Profissional Wellington Silva para Football Club Shakhtar negociado pelo valor de R\$ 25.032 mil sendo o percentual de participação do clube de 50% e cedeu percentual dos Direitos Econômicos dos atletas Robert Kennedy (12,5%) e Alejandro Martinuccio (17,5%).

**23 RECEITAS COM PREMIAÇÕES E LOTERIAS**

	2013	2012
Premiação Campeonato Brasileiro	300	9.500
Premiação Campeonato Estadual	200	900
Premiação Base	150	
Timemania	1.061	1.300
<b>Total</b>	<b>1.711</b>	<b>11.700</b>

**24 SEGUROS (NÃO AUDITADO)**

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas estimadas suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros. Os seguros pactuados cobrem os riscos dos atletas (acidentes pessoais e coletivos), dos funcionários (seguro de vida em Grupo e acidentes pessoais) e seguro da Sede (Seguro contra incêndio).

DIRETORIA

Peter Eduardo Siemsen  
Presidente

Fabio Dib  
Tesoureiro

Raquel B. Rocha de Sá



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e conselheiros

Fluminense Football Club

Examinamos as demonstrações financeiras do Fluminense Football Club que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** – A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes** – Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas

circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequada apresentação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Base para opinião com ressalva** – O clube não divulgou o total de atletas vinculados contemplando o percentual de direito econômico individual de cada atleta conforme determinado pela Resolução nº 1429/2013 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

**Opinião** – Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo acima, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fluminense Football Club em 31 de dezembro de 2013, o desempenho das operações, e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase** – O Clube apresenta deficiência de capital de giro de R\$ 107.552 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 102.709 mil em 31 de dezembro de 2012), evidenciando a necessidade de aporte de recursos financeiros. A administração está envidando esforços com o objetivo de minimizar os impactos em seu fluxo de caixa.

**Outros assuntos** – Conforme mencionado na Nota nº 2, em decorrência da adoção inicial da ITG 2003 - Entidade Desportiva Profissional, do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, determinados saldos referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa, e Retificação de Erro.

Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2014.



Mazars Auditores Independentes  
CRC 2SP026467/O-7 S RJ

Carlos Aragaki  
Sócio - CRC 1SP132091/O-1 S RJ

## PARECER DESTE CONSELHO FISCAL

Com base nos relatórios analisados, com a assistência da Contadora do FFC, RAQUEL BARBOSA DE ROCHA DE SÁ e, ainda, com o parecer de MAZARS AUDITORES INDEPENDENTES, o Conselho Fiscal apresenta a V.Sª., integrando este relatório, seu Parecer sobre as contas apresentadas pelo Conselho Diretor, do exercício de 2013, que refletem a realidade econômico-financeira do F.F.C.. Pelos motivos expostos, este Conselho Fiscal opina pela aprovação das contas do exercício de 2013.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2014  
Atenciosamente,

PEDRO EDUARDO SILVA ABAD – Presidente do Conselho Fiscal  
DIRCEU CARMELO DA SILVA RANGEL – Vice Presidente